

## MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E COMPETITIVIDADE EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA AVICULTURA

Márcia Yukari Mizusaki (\*)

O presente trabalho, em andamento, tem como preocupação analisar a dinâmica territorial no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, desencadeada pelos agentes envolvidos no desenvolvimento da atividade avícola neste Estado. Ressaltamos primeiramente, que quando utilizamos o conceito de território para análise, estamos com preocupação em utilizar um conceito da geografia, que considere a dinâmica da relação sociedade – espaço – tempo, e que exprima que estas relações, não são naturais, mas sim, relações de poder, marcadas por antagonismos de interesses entre os atores envolvidos.

A expansão da avicultura enquanto atividade subordinada ao capital industrial é recente, pois começou a se desenvolver a partir de 1990 por algumas empresas nacionais de médio porte, sendo algumas de capital local, conforme podemos verificar no quadro nº 1:

**Quadro nº 1 – Brasil – Estado de Mato Grosso do Sul  
Empresas abatedoras de aves 1990-1994\***

Nome	Início do abate	Capacidade abate**	Origem das empresas	Localização do abatedouro
COOAGRI	1990	93.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul	Dourados
Piratini	1992	35.000 cb/dia	Mato Grosso do Sul	Caarapó
Agroeliane	1993	60.000 cb/dia	Santa Catarina	Sidrolândia
Frango Vit	1993	30.000 cb/dia***	Londrina/PR	Campo Grande
Frango Ouro	1994	500 cb/hora	Mato Grosso do Sul	Aparecida do Taboado

Fonte: Pesquisa de campo.

\* sob inspeção do SIF (Sistema de Inspeção Federal)

\*\* cabeças de frango

\*\*\* número aproximado

A primeira empresa a implantar o abatedouro de aves foi a COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda), uma cooperativa de produtores do Estado, que começou a investir neste período na verticalização da produção, como forma de buscar alternativas econômicas viáveis. Em 1990 possuía um patrimônio de US\$ 12.000,00. A partir desta, outras empresas se instalaram no Estado como a Piratini Produtos Alimentícios Ltda, que apesar de instalada no município de Caarapó desde 1986 para a comercialização de grãos, iniciou o abate de aves em 1992; teve um custo de implantação de US\$ 8.000.000,00. Posteriormente, o Grupo Agroeliane, de Santa Catarina, instalou-se em Sidrolândia; a Frango Vit, de Londrina (PR) (1993) instalou um abatedouro em Campo Grande e o Frigorífico Avícola Frango Ouro Ltda, instalou-se em Aparecida do Taboado. A grande maioria destes abatedouros, conseguiram se instalar no Estado devido à política de financiamento do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste).

A expansão destas atividades no Estado e a sua localização, principalmente na porção centro-sul, estão relacionadas a especificidades históricas, políticas, econômicas e geográficas que foram caracterizando a porção que envolve o atual Estado de Mato Grosso do Sul, no seu processo de inserção ao mercado nacional/internacional. Está relacionada, portanto, a um movimento maior de desenvolvimento do modo capitalista de produção, que ao expandir-se neste Estado, tem produzido formas e relações específicas. Com relação a estas especificidades, os principais elementos a serem destacados são a presença de mão-de-obra familiar, de matéria-prima disponível (soja e milho para a fabricação de ração), a localização geográfica em relação aos grandes centros consumidores, a participação do Estado em suas várias instâncias e a conjuntura econômica favorável.

---

(\*) DCH/CEUD/UFMS

Resumidamente, podemos dizer que a presença da mão-de-obra familiar tem origem nas políticas de colonização públicas iniciadas na primeira metade do século XX, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada a partir de 1943 e a colonização municipal onde atualmente constitui-se o município de Itaporã, regulamentada em 1946, dando origem à presença de mão-de-obra familiar, cuja estrutura fundiária variava de 30 a 50 ha. Mesmo nas iniciativas de colonização privadas, que ocorreram a partir de década de 1950 com a chamada “marcha para o Oeste” e que imprimiram uma característica diferenciada ao processo de ocupação (pois eram migrantes que dispunham de certo poder aquisitivo) no centro-sul, contribuíram para a formação, de uma estrutura fundiária menos concentrada que o restante do Estado. A soja expandiu-se no cone sul juntamente com o trigo, a partir da década de 1970, devido a uma conjuntura econômica e condições locais favoráveis (demanda pelo produto no mercado internacional, terras planas, solo fértil, posição geográfica favorável em relação aos mercados consumidores do Sudeste e países do Mercosul, facilidade no escoamento da produção pelos portos de Santos e Paranaguá), esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul e, principalmente, pelo incentivo do Estado, através das políticas desenvolvimentistas da década de 1970 (a partir do I e II PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico) e outros programas regionais.

Oliveira, T.C. M. (1994), ao fazer uma análise da conjuntura econômica que levou a uma redefinição da política governamental que incentivasse o desenvolvimento da agroindústria voltada para os derivados da soja, acaba apontando os elementos que contribuíram para a expansão vertical do capitalismo no campo. Considera que a crise da economia mundial com a alta dos preços do petróleo, levou a uma descapitalização do agricultor, na medida em que se elevavam os preços dos combustíveis em relação aos produtos agrícolas. Neste contexto, o governo brasileiro passa a investir em unidades esmagadoras de soja, na produção de óleo e farelo. Segundo este autor, vários foram os incentivos, como o financiamento com juros subsidiados para compra de máquinas esmagadoras, cotas para exportação de soja etc. Assim,

*O eixo da acumulação do setor oleaginoso (...) fixado na comercialização até o início dos anos setenta, foi se deslocando voluntariamente para a agroindústria.* (Oliveira, 1994, p.56)

Será diante deste contexto, que a expansão vertical começará a ocorrer no Estado, através do investimento em indústrias processadoras e beneficiadoras de matéria-prima que permitissem agregação de mais valor e assim, a obtenção de maiores lucros. Esses novos mecanismos de acumulação vão apontar o caminho para se obter maior competitividade destas empresas, pois a diferenciação é “...menos sensível à mudança de preços ao contrário do que ocorre sem diferenciação.” (Rizzi, 1993, p.57, apud Mizusaki, 1996, p.73).

É a partir deste contexto, que se desenvolve no Estado a avicultura, ou seja, sob as imposições do capital industrial. Com a implantação destas empresas abatedoras, entretanto, verifica-se que o capital industrial lança mão de mais um mecanismo de acumulação, pois, se o cultivo da soja requer estabelecimentos médios e grandes, devido ao alto custo de produção (em função da relação custo das máquinas agrícolas/capacidade de exploração), a avicultura requer pequenas propriedades com base na produção familiar. As relações de que o capital industrial lança mão para a exploração desta atividade é o chamado “sistema de integração”, onde o camponês relaciona-se com a empresa através do contrato de parceria. Antes de mais nada, para a construção do barracão de aves e instalação dos equipamentos, o avicultor realiza financiamento de aproximadamente US\$ 30.000,00 no Banco do Brasil através do FCO. No desenvolvimento da atividade, o avicultor se obriga a entregar a produção à empresa e recebe por produtividade. Responsabiliza-se também por todos os riscos de produção, inclusive questões trabalhistas. Já a empresa, responsabiliza-se em fornecer toda a assistência necessária (pintos, rações, assistência técnica, vacinas, medicamentos, vitaminas, transporte dos frangos, desinfetantes, etc.), mas descontando as despesas do produtor. Neste tipo de relação, o que se verifica é que o capital industrial se apropria da renda da terra sem se tornar proprietário dela, através da sua sujeição. Consegue sujeitar a renda da terra ao capital, através de relações não capitalistas, pois é o avicultor, através do seu trabalho e da família, quem produz a renda (que é transformada em mercadoria e depois em dinheiro, sendo assim, apropriada pelo capital). Este exemplo, constitui um dos mecanismos que o capital tem encontrado para se expandir no campo. Tem atuado também, no sentido de buscar romper as “barreiras” que a natureza impõe à sua reprodução ampliada. Com técnicas de melhoramento genético e ração balanceada, por exemplo, consegue-se aumentar a capacidade de produção dos frangos, reduzindo o seu tempo de reprodução. Um frango, por exemplo, está pronto para ir ao abate num período de 45 dias, o que não acontecia em 1930, quando levava 105 dias (Rizzi, 1993 apud Mizusaki, 1996).

É no desenvolvimento destas relações no Estado de Mato Grosso do Sul, que pudemos identificar inicialmente, três agentes atuando no referido território: o capital industrial, com seus mecanismos de expansão/acumulação; o Estado, como mediador destas relações e os avicultores (camponeses e também proprietário de terras).

A partir da segunda metade dos anos 1990, um outro fenômeno vem acontecendo em relação a estas empresas, despertando em nós, o interesse para investigação: a maioria destas começam a ser vendidas para outras, de maior porte, incluindo empresas estrangeiras. No quadro nº 2, podemos verificar as mudanças ocorridas:

**Quadro nº 2 – Brasil – Estado de Mato Grosso do Sul  
Empresas abatedoras de aves 1995-2000**

Nome	Situação da empresa	Origem da empresa	Empresa adquirida	Ano de aquisição
CEVAL Alimentos	Grupo Hering – grupo controlador	Gaspar/SC	Agroeliane	abril/1995
CEVAL Alimentos	Santista Alimentos – grupo controlador Bunge Internacional	Argentina	CEVAL Alimentos	Novembro/1997
Avipal S/A	Controlado por acionistas chineses	Porto Alegre/RS	COOAGRI	Dezembro/1995
Frangosul S/A	Principais acionistas: empresários nacionais	Rio Grande do Sul	Piratini	1996
DOUX	Acionistas: grupo Doux	França	Frangosul	Agosto/1998
Xodó Produtos Frigor. Ltda	Nova razão social da Frango Ouro	O mesmo	O mesmo	

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando a tabela, podemos verificar que a partir da segunda metade da referida década, são as grandes empresas transnacionais que passam a atuar no setor de frangos. A CEVAL Alimentos, que atua no setor químico, têxtil e de alimentos, adquiriu a Agroeliane por US\$ 54,7 milhões. E em um período de apenas dois anos, foi vendida para a Santista Alimentos S/A por US\$ 201 milhões, do grupo argentino Bunge Internacional, que atua no setor de industrialização de carnes, soja, transporte e armazenagem. Avipal S/A, de capital predominantemente chinês, é uma das maiores empresas do setor avícola no Brasil, atuando também no setor de suínos e ovos; adquiriu a COOAGRI por R\$ 22 milhões em dezembro de 1995. A Frangosul, que também já era uma das principais empresas produtoras de aves do Brasil, foi vendida para o grupo francês Doux, o terceiro maior industrializador e exportador de aves do mundo. Atua desde o alojamento de matrizes para a produção de ovos até o abate, envolvendo um total de 2.800 produtores integrados.

Este fenômeno que hoje assistimos no cone sul do estado, parece evidenciar que, no processo de mundialização econômica, aquelas empresas não conseguiram inserir-se competitivamente no mercado. Agora, é o capital oligopsônico quem está se implantando neste setor, monopolizando o território. Tal processo se verifica, porque, conforme nos lembra Oliveira, (1992), embora o capital tenha se mundializado, a terra continua nacional e estas são as estratégias seguidas pelo capital que sujeita a renda da terra produzida no campo, no caso, em Mato Grosso do Sul. Diniz Filho (1997), afirma que está se desenhando no país, um novo modelo de desenvolvimento, que possa integrar competitivamente as empresas do país à economia internacional. Esgotou-se no Brasil, o modelo da política desenvolvimentista adotada pelo Estado, principalmente a partir da década de 1950.

No Estado de Mato Grosso do Sul, empresas de grande porte tem se territorializado, numa perspectiva de inserção competitiva no mercado, produzindo formas e relações específicas. Assim, a geografia do lugar - determinada pela histórica e contraditória relação homem-meio - e outros agentes sócio-econômicos envolvidos, tem condicionado o processo de reprodução do território Sul-Matogrossense, cuja expressão tem se manifestado de forma cada vez mais dinâmica. Uma vez que este processo não encontra-se como unidade isolada, independente, Oliveira nos diz que:

*Este processo tem que ser entendido (...) no seio de uma economia capitalista internacionalizada que produz e se reproduz em diferentes territórios do mundo atual. Criando desta forma, processos e relações de interdependência entre estados, nações e sobretudo empresas de diferentes lugares. (Oliveira, 1992, p.2)*

Assim, entendemos que os lugares, por possuírem especificidades históricas e geográficas que os identifica e caracteriza, produzem formas territoriais, que, ao mesmo tempo em que são particulares, encontram-se integradas num movimento mais geral, de expansão do capitalismo no campo,

desempenhando seu papel, no desenvolvimento territorial do trabalho. Identificar estas especificidades, estabelecer relações com as formas territoriais e analisá-las no contexto de uma economia já internacionalizada, constitui atualmente um desafio para o geógrafo. É com esta preocupação, que despertamos nosso interesse a compreensão da dinâmica territorial em Mato Grosso do Sul, desenvolvida pela atividade avícola. Tais estudos, já tem sido abordados por outros autores. No campo da economia, citamos em nossa dissertação de mestrado:

*SORJ (1982) analisa a avicultura como estando inserida em um complexo agroindustrial. Através de dois estudos de caso, a empresa Sadia em Santa Catarina e os produtores não integrados de Minas Gerais, procura mostrar a articulação do complexo avícola, com a importação de tecnologia, destacando o papel das multinacionais instaladas no país, no relacionamento de produtores rurais com a empresa e setores do CAI. RIZZI (1984), em sua dissertação, enfatiza a relação de subordinação do que denomina de pequenos produtores do sudoeste paranaense ao capital industrial, no caso, dos grupos Sadia e Chapecó, ambas de Santa Catarina. Mostra como, através do progresso técnico, esta atividade conseguiu altos índices de produção, com níveis de exigência, cuidados e organização que são impostos ao avicultor, subordinando-o. Já em sua tese de doutorado (1993), faz uma análise sobre o processo de reestruturação da indústria agroalimentar, inserido num contexto maior de mudanças tecnológicas. Toma como caso específico a indústria de frangos no Brasil. (Mizusaki, 1996, p.20)*

Na Geografia, outros trabalhos também foram realizados sobre avicultura. Azevedo (1993), também faz um estudo sobre a avicultura em Santa Catarina e com o grupo Sadia:

*Neste trabalho, inicia fazendo uma análise sobre o produtor rural de Concórdia, historiando os elementos que condicionaram o seu surgimento, bem como a consolidação do Complexo Agroindustrial Sadia. Posteriormente, discorre sobre a situação do produtor rural de Concórdia e a relação da empresa com o produtor integrado. (idem ibidem, p. 21)*

No Estado de Mato Grosso do Sul, outros estudos também foram realizados. Lomba, Silva & Valente (1994), realizaram uma monografia sob nossa orientação, sobre o abatedouro de aves Piratini, onde descrevem a participação dos agentes envolvidos (Estado, Piratini e o produtor) no processo de desenvolvimento da atividade no município de Caarapó.

Em nossa dissertação de mestrado, realizamos um estudo sobre o processo que levou à territorialização da avicultura desenvolvida pela COOAGRI (Cooperativa Agropecuária e Industrial Ltda). Neste trabalho, identificamos os condicionantes histórico-geográficos, os cooperados, o Estado e a conjuntura econômica, como importantes agentes envolvidos no processo, que levou ao desenvolvimento da atividade no Estado. Identificamos também, as relações recriadas pela cooperativa, para o desenvolvimento da atividade.

Embora vários autores já tenham tratado da questão, permitindo que iniciássemos a pesquisa já com um conhecimento sobre a atividade e sobre métodos específicos de análise, ressaltamos que o presente trabalho tem como preocupação realizar uma abordagem geográfica, buscando como elemento norteador, o processo de monopolização do território pelo capital industrial, ou seja, compreender as manifestações territoriais das contradições inseridas na dinâmica do desenvolvimento do modo industrial de produzir. Em relação aos trabalhos desenvolvidos pela avicultura em Santa Catarina, nossa proposta de trabalho se distingue, inicialmente, em relação ao método. Uma outra diz respeito ao próprio objeto de trabalho, onde buscamos extrapolar a manifestação dos casos individualizados das empresas, para tentarmos inseri-las num contexto maior, da dinâmica do capital industrial no Estado de Mato Grosso do Sul.

Ao propormos a realização deste trabalho, temos como preocupação também, realizar um estudo sem cair numa análise técnico-econômica, o que é comum, quando lemos trabalhos geográficos que estudam a dinâmica do capital industrial. Neste sentido, Oliveira (1991), ao contextualizar sobre as origens da produção geográfica no Brasil, comenta:

*De certa forma, a geografia científica brasileira nasceu velha. Velha porque apegada ao pensamento político que deixava de ser dominante. Foi essa base material sobre a qual a produção geográfica do país foi se edificando. E, como era óbvio, foram os estudos sobre o campo os principais desta época. O capitalismo entrava em sua etapa monopolista em nível internacional (...) mas a geografia brasileira, de certo modo, ignorou durante muito tempo toda essa realidade. Por isso nasceu velha, cheia dos valores do capitalismo concorrencial, que teimosamente mesmo depois, durante muito tempo, continuaram sendo aplicados em sua produção. (...) O que privilegiavam estes trabalhos? Nada mais, nada menos, do que as relações técnicas de produção. Estas eram, às vezes, explicadas em detalhes. O importante era explicar como, tecnicamente, fazia-se para produzir. E a geografia que se dizia humana, esquecia-se, propositadamente das classes sociais assentadas na base deste modo de produzir. O importante eram os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais. Toda a estrutura social edificada sobre o colonato, as relações sociais de produção que permitiam a exploração dessa massa trabalhadora, era relegada a um segundo plano, quando não, esquecida intencionalmente. (Oliveira, 1991, p. 08-09)*

O caminho a ser percorrido para o desenvolvimento do presente trabalho, se baseará num arcabouço teórico que acreditamos, será reconstruído durante o percurso para a realização da pesquisa, na medida em que novas leituras forem sendo realizadas. Isto porque quando lemos, analisamos, temos dúvidas e refletimos, realizamos um movimento no nível do pensamento, onde se parte de um referencial teórico para analisar o real concreto e deste, (re)pensar o referencial teórico, o que implica às vezes, na (re)construção de conceitos. Embora tenhamos claro que este referencial nos permitirá analisar apenas uma pequena faceta deste processo sócio-econômico, cheio de contradições, seu estudo certamente contribuirá para nos aproximarmos mais da realidade objetiva, pois, como diria Michael Lowy:

*...a verdade objetiva sobre a sociedade é antes concebida como uma paisagem pintada por um artista e não como uma imagem de espelho independente do sujeito; e que, finalmente, tanto mais verdadeira será a paisagem, quanto mais elevado o observatório ou belvedere onde estará situado o pintor, permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social. (Lowy, 1987, p.14)*

Buscando esta aproximação através da pesquisa, esclarecemos alguns pressupostos teóricos básicos para a sua realização. Quando falamos em monopolização do território pelo capital, estamos utilizando um conceito de Oliveira (1992) para fazer referência a um processo que se verifica no campo brasileiro, de acumulação do capital, através de relações não capitalistas de produção. Isto significa que o capitalista da indústria, sem estabelecer as relações capitalistas no campo, sem se tornar proprietário da terra, consegue produzir capital destas atividades. E como se realiza tal processo? Através da metamorfose da renda da terra em capital. É o que esclareceremos a seguir.

Um importante elemento a ser considerado ao analisarmos as contradições presentes no campo brasileiro, é o fato de que este, estando inserido no modo de produção capitalista, tem no seu desenvolvimento, características específicas deste modo de produção, que embora possam apresentar-se como contraditórias, estão unificadas dialeticamente, dentro dos princípios que sua lógica impõe. No modo de produção capitalista, o objetivo de quem detém o capital é a obtenção do lucro, que se dá, através da apropriação da mais-valia, ou seja, através da apropriação do valor contido nas mercadorias, fruto do trabalho acumulado de trabalhadores. Como diria Martins (1983) - ao explicar a teoria da mais-valia de Marx - o trabalho cria valor. É com o objetivo de apropriar-se desta mais-valia, de obter o lucro, que o capital implanta-se em uma determinada atividade. Nenhum capitalista, investirá capitalisticamente, pensando em ter prejuízo. É em função deste princípio básico, que ocorre então, a separação do trabalhador dos meios de produção, ou seja, para que ele venda a sua força de trabalho ao capitalista, os meios de produção tornam-se mercadoria, para que só possam ser apropriadas privadamente. E só poderá se apropriar, aquele que puder comprar os meios de produção. Quem não puder, tem que vender sua força de trabalho. Ter claro este princípio é importante, para podermos entender então, que a terra, enquanto meio de produção, também tornou-se mercadoria. Analisar entretanto, as contradições produzidas na relação dos homens com a terra, no processo de reprodução de sua existência, e tendo como característica, um modo capitalista de produzir, tem as suas especificidades, que o distingue de uma indústria. Como nos lembra Martins (idem, ibidem), a terra, apesar de ser um meio de produção, não é produto do trabalho humano, é um bem natural e sendo assim, não pode operar como se fosse capital. Segundo este autor, a terra, não produz capital, mas sim, renda. E mais,

*A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção. Nesse sentido, ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. (Martins, 1983, p.160)*

Assim, reafirmamos com este autor que, a terra, não pode ser analisada com as mesmas conseqüências sociais, econômicas e políticas, como se fosse capital. A propriedade da terra, contém uma relação social que envolve um conjunto de interesses antagônicos, de classes sociais distintas, pois,

*... as próprias contradições entre a terra e o capital devem levar à separação de um e de outro, expressos em classes sociais distintas, como a dos proprietários de terra e a dos capitalistas. (idem, ibidem p. 161)*

A estas contradições entre terra e capital, Martins explica que a terra atua como um obstáculo à expansão do capital. Isto porque, a terra, através de seu proprietário, se ergue diante do capital para cobrar uma renda pela sua exploração. Sendo uma mercadoria, ela possui um preço, podendo então estabelecerem-se relações comerciais com esta mercadoria, ou seja, pode ser comprada, alugada, vendida, arrendada. Para o capitalista, o pagamento desta renda representa uma irracionalidade, porque além do pagamento da renda, o capitalista terá que investir na propriedade para que esta possa operar como capital e daí, obter o lucro. Então,

*está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente esta parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. (idem, ibidem, p. 161)*

Proprietário de terra e capitalista, possuem desta forma, interesses antagônicos. Isto não quer dizer, entretanto, que não possam aparecer unificados em uma só pessoa, ou seja, o capitalista pode comprar uma propriedade, pagando uma renda, e explorar capitalisticamente a propriedade, passando a ter então, a possibilidade de obter o lucro e a renda, que é paga pelo conjunto da sociedade. Se o capitalista não quiser, consegue obter o lucro simplesmente arrendando um conjunto de propriedade, explorando-a através de relações capitalistas e pagando a renda ao proprietário. Sendo assim, o capital consegue obter lucro com as atividades do campo sem precisar tornar-se proprietário dela. É desta forma que o autor afirma que existem contradições entre terra e capital, que aquele, por não operar como se fosse capital, deve ter a sua abordagem diferenciada da abordagem que se realiza ao analisarmos o capital industrial. A terra, permite a quem dela se apropria, várias formas de ganhos. Um proprietário, por exemplo, não precisa colocar a terra no processo produtivo para que a mesma possa "valorizar-se". Basta realizarem trabalho fora dela, como o asfaltamento da estrada próxima à propriedade, para que o preço desta terra aumente.

Retomando então, o capital pode obter ganhos com a terra sem apropriar-se dela. Tal fato é possível através do processo que Martins chama de **sujeição da renda terra ao capital**, ou seja, controlando a comercialização dos produtos agrícolas, dos insumos, do crédito bancário, tornando assim, o proprietário de terra ou camponês, subordinado ao capital. Nesta relação de sujeição, o capital se apropria da renda produzida por aqueles através dos juros cobrados pelos financiamentos, na imposição dos preços ao produtor proprietário de terra capitalista ou do tipo camponês. Esta renda, na circulação será convertida em lucro para o capitalista, ocorrendo então, a metamorfose da renda da terra em capital. Com estas múltiplas formas de acumulação, o capital ao se expandir no campo, pode também, lançar mão de relações não capitalistas. Apesar de contraditória esta relação, o autor afirma que é uma relação de dentro do capitalismo.

Partindo desse pressuposto teórico, o capital industrial pode então se apropriar da terra e explorá-la através de relações capitalistas e ainda implantar uma indústria na propriedade, ou seja, proprietário de terra, capitalista da indústria e capitalista da agricultura podem aparecer unificados em uma só pessoa, como no exemplo clássico da exploração das usinas ou destilarias de açúcar e álcool. O capital pode também, expandir-se no campo sem apropriar-se da terra sujeitando a renda da terra e o trabalho que nela se dá, como por exemplo, a avicultura desenvolvida no município de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul. Neste caso, capitalista da indústria, capitalista da agricultura e camponês são personagens distintos. A este processo que se verifica no campo, Oliveira (1992) conceitua, no primeiro caso, de **territorialização do capital** na agricultura, e no segundo, de **monopolização do território pelo capital**. Em relação a este último, que é o referencial por nós utilizado para o estudo da avicultura, Oliveira lembra que,

*Quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do camponês pode possibilitar simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, nem sempre grandes. (Oliveira, idem, ibidem p. 12)*

Através deste referencial, a terra não está sendo entendida então, simplesmente como um número, uma quantidade, apenas. Nem tampouco segundo a função que desempenharia no desenvolvimento econômico e social, como analisam alguns autores que utilizam-se do CAI (Complexo Agroindustrial) como unidade de análise. Müller, por exemplo, afirma:

*O suposto desta insistência em tomar o CAI como unidade de análise diz respeito à inclusão da agricultura na dinâmica industrial e financeira. Assim, com a pretensão de precisar as funções da atual agricultura enfatizando as funções de compradora de bens industriais e fornecedora de matérias-primas, aquela unidade visa a colocar a agricultura no seu devido lugar, lugar técnico, econômico e social. Em outras palavras, visa destacar a nova natureza deste secular ramo de atividade, isto é, sua nova forma econômica e social no Brasil. (Müller, 1989, p.51)*

Sendo então a terra uma relação social, e expressando as contradições que esta característica lhe permite produzir, este tipo de abordagem (quantitativa, funcional) não se apresenta para nós como passível de nos aproximar mais da realidade objetiva. Com esta preocupação, adotamos então, como referencial para abordagem da avicultura desenvolvida no Mato Grosso do Sul, o conceito anteriormente mencionado, sobre monopolização do território pelo capital.

Ao tratarmos deste conceito, expomos também, que o modo capitalista de produção está em desenvolvimento em todos os cantos e lugares. Ao se desenvolver, a sua reprodução ocorre de forma ampliada, desigual e contraditoriamente no espaço, produzindo territórios, que embora específicos nos lugares, estão articulados com o seu movimento mais geral. Sendo assim,

*(...) o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares (coisas, objetos, processos), que são momentos, aspectos destes últimos. Cada formação material, cada coisa representa a unidade do singular e do geral, do que se repete e do que não se repete. (Cheptulin, 1982, p.194-195)*

Sendo então uma manifestação concreta do processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o território não apresenta-se então, como algo isolado, e pode ser entendido como:

*(...) síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Desta forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. (...) O processo de construção do território é pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. (...) Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução." (Oliveira, 1992, p.02)*

Neste contexto, entendemos então que o território, produto concreto da luta de classes, manifesta-se em suas várias configurações territoriais. Desta forma, a avicultura constitui expressão deste processo. Compreender então, o processo de monopolização do território pelo capital, é preciso entendê-las à luz das transformações sócio-econômicas e territoriais ocorridas, onde o Estado, ainda desempenha importante papel. Desta forma, norteamos nossa leitura bibliográfica, análise e coleta de dados, de forma que possamos compreender estas questões levantadas.

A princípio identificamos - ao objetivarmos uma primeira compreensão sócio-econômica - como principais agentes envolvidos no processo de monopolização do território pelo capital o Estado, o capital industrial e financeiro, os proprietários capitalistas (avicultores), os produtores do tipo camponês. No entanto, não descartamos a possibilidade de que, durante a pesquisa, se evidenciem a participação de outros agentes.

A compreensão das relações que se estabelecem entre estes agentes no espaço, se dará, além de referencial bibliográfico, de coleta e análise de dados sobre as empresas envolvidas no processo, como entrevistas, questionários, pesquisa em jornais e revistas, dados em órgãos públicos como o Ministério da Agricultura, EMPAER (Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão Rural), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e outros, e também aplicação de questionário entre os proprietários capitalistas e camponeses. Para compreendermos o processo que tem levado os capitalistas da indústria abatedora pioneiros, a se desfazerem de suas empresas em detrimento de outras, levantaremos informações através de pesquisas em jornais e revistas, entrevistas com os membros envolvidos nas empresas, proprietários rurais e camponeses, dados sobre a situação econômica das empresas, relacionando-as com a conjuntura econômica do período, entrevistas. A capacidade competitiva das empresas que vieram posteriormente, será verificado através da análise da sua estrutura organizacional, capacidade de faturamento, bem como suas relações com as políticas do Estado. A participação do Estado, em suas várias instâncias, será analisada através da coleta de dados em órgãos como o , Diário Oficial da União e do Estado, Ministério da Agricultura, Secretaria da Fazenda, CODEMS (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul), EMPAER, Banco do Brasil, IBGE, entrevista com proprietários capitalistas em camponeses envolvidos, pesquisa em jornais e outros órgãos. Analisaremos as contradições produzidas nas relações de trabalho e produção, através de referencial teórico e pesquisa de campo, onde realizaremos aplicação de questionários por amostragem, entre os camponeses e capitalistas da agricultura.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- AZEVEDO, Alba Regina Oliveira de. *O Pequeno Produtor Rural de Concórdia – SC: suas relações com a empresa Sadia*. São Paulo: USP, 1993. Dissertação (mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo, 1993).
- BELATO, Dinarte. A subordinação do camponês no interior das cadeias agroalimentares: integração e contratos de produção. In: *Contexto e Educação*. Ijuí, ano I, nº 1, 2 e 3, p. 60-73, 61-80, 67-77.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura – trigo e soja*. Petrópolis: VOZES, 1988.
- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista – Categorias e Leis da Dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas/SP: Unicamp, 1985.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. O Papel das Formações Territoriais no Contexto da Globalização: notas de caráter geográfico político sobre o caso brasileiro. *Revista Experimental*. São Paulo: Humanas: FFLCH/USP, 1997. Ano II, nº 2, março, p. 101-110.
- EGLER, Cláudio A. G. *Crise e Dinâmica das Estruturas Produtivas Regionais no Brasil*. In: *Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 185-220.
- GAZETA MERCANTIL. Análise Setorial: a indústria da carne. V. II, abril, 1998.
- GOLDENSTEIN, Lea, SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. In: *Fundamentos para o ensino de Geografia: seleção de textos*. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 45-69.
- GONÇALVES NETO. *Estado e a Agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRESSLER, Lori Alice, SWENSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados, 1988. [s.n.]
- HEES, Dora Rodrigues et. al. *A Evolução da Agricultura na Região Centro-Oeste na Década de 70*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Ano 49, nº 1, jan/mar, trimestral.
- HELFAND, Steven M., REZENDE, Gervásio Castro de. *Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Texto para discussão nº 611.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: UNICAMP, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Tradução de: Razvitie Kapitalizma V'Rossii. Traduzido por: José Paulo Netto. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- LOMBA, G. K., VALENTE, M.R.P., SILVA, W. L. da. *O Estado, a Piratini e o Produtor: o papel desses agentes na atividade avícola no município de Caarapó/MS*. Dourados: UFMS, 1994. Monografia (bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1994.
- LOWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.



- \_\_\_\_\_ *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_ *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. *A Territorialização da Avicultura no Estado de Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI*. Presidente Prudente/SP: UNESP, 1996. Dissertação (mestrado em Geografia), FCT, Universidade Estadual Paulista.
- MULLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_ *Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeo: FFLCH/USP, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Agricultura Brasileira: as transformações no final do século XX*. São Paulo: mimeo: FFLCH/USP, 1994.
- \_\_\_\_\_ *A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial no Final do Século XX*. In: Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998, p. 239-287.
- \_\_\_\_\_ *A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial*. In: Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998, p. 289-326.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. *Agroindústria e Reprodução do Espaço: o caso da soja no MS*. São Paulo: USP, 1993. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH, Universidade de São Paulo.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Tradução de: Pour Une Géographie du Pouvoir. Paris: Litec, 1980. Traduzido por: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RIZZI, Aldair Tarcísio. *O Capital Industrial e a Subordinação da Pequena Produção Agrícola – o complexo avícola no sudoeste paranaense*. Minas Gerais: UFMS, 1984. Dissertação (mestrado em Economia), Universidade Federal de Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_ *Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso da Indústria de Frangos no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1993. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, M., SOUZA, M. A de, SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. 2ª ed. Campinas/SP: Unicamp, 1998.
- SILVA, Mario Cezar Tompes da. *Expansão do Complexo Agroindustrial e o Processo de Mudança no Espaço de Dourados*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (mestrado em Geografia), FFLCH – Universidade de São Paulo.
- SORJ, Bernard. *Camponeses e Agroindústria – transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro Vozes, 1988.
- STÉDILE, João Pedro (org). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.
- TEIXEIRA, Márcio Antonio. *Mudanças Agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados*. São Paulo: USP, 1989. Tese (doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.
- VERRUCK, Jaime Elias. *Análise da Competitividade da Agricultura Sul-Matogrossense Frente ao Processo de Integração do Cone-Sul*. Campo Grande: UCDB, 1994. Relatório de Pesquisa.